

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESTRE AMBIENTAL  
S.A.**

**ENTRE**

**ESTRE AMBIENTAL S.A.**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

**E**

**FIADORES IDENTIFICADOS A SEGUIR**

**DATADO DE  
26 DE NOVEMBRO DE 2012**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESTRE AMBIENTAL S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

**A. ESTRE AMBIENTAL S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar, CEP 04543-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 03.147.393/0001-59, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Estre Ambiental”);

Como agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e garantia adicional fidejussória (“Debenturistas” e “Debêntures”, respectivamente), que será objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação (“Emissão” e “Oferta Restrita”, respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como “Oferta Restrita”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“CVM” e “Instrução CVM 476”, respectivamente);

**B. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”);

Como fiadores,

**C. ESTRE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 118, cobertura 01, centro, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.109.682/0001-40, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Estre Petróleo”);

**D. PILARES PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º andar, Torre I, Itaim, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.060.920/0001-11, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Pilares”);

**E. CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Gonçalo Madeira, nº 400, bairro Jaguaré, CEP 05348-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.030.942/0001-85, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Cavo");

**F. RESICONTROL SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 200, 4º andar, CEP 04551-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.957.744/0001-07, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Resicontrol");

**G. OXIL MANUFATURA REVERSA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sidney Cardon Oliveira, nº 69, Bairro Cascata, CEP 13140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.506.999/0001-33, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Oxil");

**H. CGR SERGIPE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Rosário do Catete, Estado de Sergipe, na Rodovia BR 101 – Km 65, CEP 49760-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.602.088/0001-38, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("CGR Sergipe");

**I. CGR CURITIBA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 3.188, CEP 83829-308, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.753.800/0001-62, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("CGR Curitiba");

**J. CTR ITABORAÍ – CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ITABORAÍ LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Estrada de Itapacará, nº10, CEP 24800-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.014.794/0001-17, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("CTR Itaboraí");

**K. VIVA AMBIENTAL E SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º andar, Torre I, Itaim, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.566.002/0001-66, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Viva Ambiental");

**L. GEO VISION SOLUÇÕES AMBIENTAIS E ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.079, Edifício Torre João Salem, conjunto 91, sala 10, CEP 01311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.303.561/0001-71, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Geo Vision" e, em

conjunto com Estre Petróleo, Pilares, Cavo, Resicontrol, Oxil, CGR Sergipe, CGR Curitiba, CTR Itaboraí e Viva Ambiental, os “Fiadores”);

Vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.” (“Escritura de Emissão”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

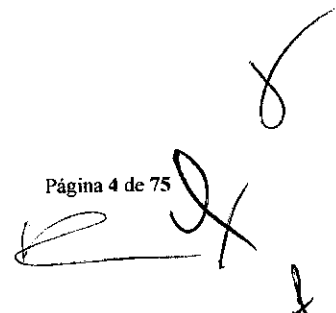
### Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

#### 1.1. Emissão

1.1.1. A Oferta Restrita e a celebração da presente Escritura de Emissão são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de novembro de 2012 (“AGE”), na qual foram aprovadas (a) a realização da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; (b) a outorga das garantias a serem prestadas pela Emissora, pelos Fiadores e por suas controladas no âmbito da Oferta Restrita; e (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das aprovações tomadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

#### 1.2. Garantias

1.2.1. As Garantias Reais, conforme definidas abaixo, serão constituídas com base nas deliberações tomadas na AGE, na Reunião de Sócios da Pilares realizada em 12 de novembro de 2012 (“ARS da Pilares”), na Assembleia Geral Extraordinária da Viva Ambiental realizada em 12 de novembro de 2012 (“AGE da Viva Ambiental”), na Reunião de Sócios da LMG Participações (conforme definida abaixo) a ser realizada (“ARS da LMG Participações”), na Reunião de Sócios da Baraquias Empreendimentos e Participações Ltda. (“Baraquias”) realizada em 12 de novembro de 2012 (“ARS da Baraquias”), na Ata de Reunião de Sócios da Estre Petróleo realizada em 13 de novembro de 2012 (“ARS da Estre Petróleo”) e na Ata de Reunião de Sócios da Pollydutos (conforme definida abaixo) realizada em 14 de novembro de 2012 (“ARS da Pollydutos”) (em conjunto “Atos Societários das Garantias Reais”), nas quais foram ou serão, conforme o caso, aprovadas a constituição da cessão fiduciária de recebíveis, além da constituição da alienação fiduciária das ações ou quotas, conforme o caso, da Viva Ambiental, da V2 Ambiental, da LMG Participações, da Tahaa Transportes (conforme definição abaixo) e da Geo Vision.



1.2.2. A Fiança, conforme definida abaixo, outorgada por cada um dos Fiadores no âmbito da Emissão, é concedida com base na Ata de Reunião de Sócios da CGR Sergipe realizada em 14 de novembro de 2012 ("ARS da CGR Sergipe"), na Ata de Reunião de Sócios da CGR Curitiba realizada em 13 de novembro de 2012 ("ARS da CGR Curitiba"), na Ata de Reunião de Sócios da CTR Itaboraí realizada em 13 de novembro de 2012 ("ARS da CTR Itaboraí"), na Ata de Reunião de Sócios da Oxil realizada em 12 de novembro de 2012 ("ARS da Oxil"), na Assembleia Geral Extraordinária da Cavo realizada em 12 de novembro de 2012 ("AGE da Cavo"), na ARS da Pilares, na ARS da Estre Petróleo, na AGE da Viva Ambiental, na Ata de Reunião do Conselho de Administração da Resicontrol realizada em 12 de novembro de 2012 ("RCA da Resicontrol") e na Ata de Reunião do Conselho de Administração da Geo Vision realizada em 16 de novembro de 2012 ("RCA da Geo Vision") (em conjunto "Atos Societários da Fiança" e, em conjunto com Atos Societários das Garantias Reais, "Atos Societários das Garantias").

### Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2.1. A Oferta Restrita será realizada com observância dos requisitos abaixo:

#### 2.1.1. Arquivamento e Publicação

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"), e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

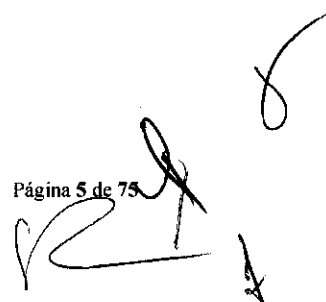
2.1.1.2. A AGE da Viva Ambiental será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.3. A AGE da Cavo será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.4. A RCA da Resicontrol será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.5. A RCA da Geo Vision será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.6. A ARS da CGR Sergipe será arquivada na Junta Comercial do Estado de Sergipe e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de Sergipe, e (ii) no Jornal da Cidade, nos termos do artigo 1.152, §1º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").



2.1.1.7. A ARS da CGR Curitiba será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Paraná, e (ii) no Jornal Metrópole, nos termos do artigo 1.152, §1º do Código Civil.

2.1.1.8. A ARS da CTR Itaboraí será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJ") e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, e (ii) no jornal Diário Mercantil, nos termos do artigo 1.152, §1º Código Civil.

2.1.1.9. A ARS da Oxil será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 1.152, §1º do Código Civil.

2.1.1.10. A ARS da Pilares será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 1.152, §1º do Código Civil.

2.1.1.11. A ARS da Baraquias será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 1.152, §1º do Código Civil.

2.1.1.12. A ARS da Estre Petróleo será arquivada na JUCERJ e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Diário Mercantil, nos termos do artigo 1.152, §1º do Código Civil.

2.1.1.13. A ARS da LMG Participações será arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia e publicada no (i) Diário Oficial do Estado da Bahia, e (ii) no jornal Tribuna da Bahia, nos termos do artigo 1.152, §1º do Código Civil.

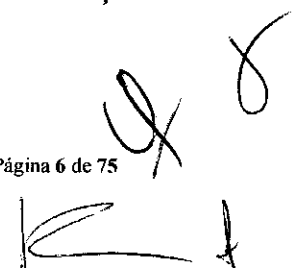
2.1.1.14. A ARS da Pollydutos será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP, e (ii) no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 1.152, §1º do Código Civil.

## **2.1.2. Inscrição da Escritura de Emissão**

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.1.3. Dispensa Automática de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

2.1.3.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.



2.1.3.2. Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta Restrita não será registrada perante a ANBIMA.

#### **2.1.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **2.1.5. Registro das Garantias Reais**

2.1.5.1. As Garantias Reais deverão ser levadas a registro nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, na forma prevista nos Contratos de Garantia Real (conforme definidos abaixo), e apresentadas ao Agente Fiduciário, devidamente registradas, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo registro.

#### **2.1.6. Registro da Fiança**

2.1.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pelos Fiadores, esta Escritura de Emissão deverá ser levada a registro, assim como seus eventuais aditamentos posteriores deverão ser apresentados para averbação nos competentes cartórios de títulos e documentos do domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e de cada Fiador no prazo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura, devendo ser enviadas ao Agente Fiduciário cópias da Escritura de Emissão que evidenciem os respectivos registros ou averbação no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo registro ou averbação.

### **Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (a) a execução, no Brasil ou no exterior, de obras públicas ou particulares nos diversos setores da engenharia civil, tais como: edifícios residenciais, comerciais e industriais; terraplanagem, drenagem, pavimentação e obras complementares de sistemas viários, urbanos ou rurais; captação, tratamento, armazenagem e distribuição de água; interceptação, condução e

tratamento de esgotos sanitários e industriais; (b) o gerenciamento de resíduos de qualquer classe, incluindo, mas não se limitando, resíduos gasosos, líquidos, semi-líquidos e sólidos, sejam eles industriais, comerciais, hospitalares, urbanos ou de qualquer outra natureza; (c) a prestação de serviços de gerenciamento de qualquer tipo, incluindo, mas não se limitando, serviços de investigação, diagnóstico prévio, certificação, gestão de documentação, identificação, segregação, triagem, acondicionamento, manuseio, reciclagem, reaproveitamento, recuperação transbordo, coleta e transporte de todos e quaisquer tipos de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), armazenagem, tratamento, descontaminação, remediação, limpeza, disposição final, execução de projetos, assessoria e consultoria na área de engenharia; (d) a implantação, operação e manutenção de empreendimentos ambientais, tais como: aterros sanitários para destinação final de resíduos sólidos domiciliares, industriais e hospitalares; usinas de lixo; incineradores e desinfetadores de quaisquer tipo de lixo; usinas de compostagem de lixo orgânico e industrial (inerte ou não); e centrais de reciclagem e tratamento de resíduos sólidos; (e) o tratamento de qualquer tipo de resíduos e efluente, com ou sem mistura prévia, em instalações próprias e/ou de terceiros; (f) a comercialização de resíduos de qualquer tipo, sucatas, subprodutos, materiais diversos e agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil; (g) a varredura e limpeza de ruas e logradouros públicos; (h) a prestação de serviços laboratoriais de todo tipo, incluindo, mas não se limitando, amostragem, preparação de amostras, execução de análises diversas e preparação de laudos e relatórios de interpretação de resultados; (i) a prestação de serviços de consultoria ambiental, incluindo, mas não se limitando, preparação de planos de gerenciamento, planos diretores, estudos de mercado, estudos para escolha de tecnologia, relatórios geológicos e hidro-geológicos, desenho integral de instalações de gerenciamento ambiental, atividades de investigação, diagnóstico, análise de risco e projetos detalhados para o gerenciamento de passivos ambientais e áreas impactadas; (j) qualquer serviço ou atividade vinculada ao gerenciamento de resíduos de todo o tipo e classe e/ou controle ou melhoria de condições ambientais e ecológicas; (k) a locação de equipamentos e máquinas; (l) a operação de tratamento de água, esgoto, e/ou efluentes industriais; (m) a implantação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para redução das emissões de gases e efluentes; (n) serviços de monitoramento geotécnico e de estabilidade de aterros e de monitoramento de águas subterrâneas, superficiais e de efluentes; e (o) participação em outras sociedades como sócia ou acionista, podendo também efetuar incorporações, fusões e associações com outras sociedades.

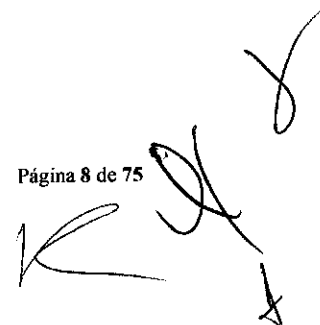
### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. Para todos os fins, esta é a segunda emissão pública de Debêntures da Emissora.

### **3.3. Número de Séries**

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

### **3.4. Montante Total da Emissão**



3.4.1. O montante total da Emissão será de até R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme termo definido abaixo).

### 3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas até 3.000 (três mil) Debêntures.

### 3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário"), e o agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador"). O Banco Mandatário e o Agente Escriturador poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

### 3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da presente Emissão serão destinados (a) ao pré-pagamento da Cédula de Crédito Bancário nº 101112100002700, emitida em 10 de outubro de 2012 em favor do Banco Itaú BBA S.A., cujos recursos foram utilizados para a aquisição pela Emissora da Geo Vision Soluções Ambientais e Energia S.A. (CNPJ/MF: nº 08.303.561/0001-71) ("Geo Vision"), mediante pagamento de até R\$115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais) ("Aquisição"), (b) pré-pagamento do endividamento bancário e alongamento do perfil de dívidas da Emissora e de sociedades cujas ações ou quotas, conforme o caso, sejam 100% (cem por cento) detidas pela Emissora, (c) recomposição do capital de giro da Emissora.

### 3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2. Não obstante a cláusula 3.8.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas, entre Investidores Qualificados (conforme termo abaixo definido), em mercado de balcão organizado depois de

decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

### 3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

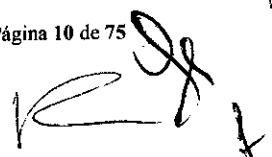
3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição não solidária até o montante de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) (distribuídos igualmente entre os Coordenadores, conforme definido abaixo) e em regime de melhores esforços até o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder" ou "Itaú BBA") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e em conjunto com o Itaú BBA, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme e de Melhores Esforços de Subscrição, da Segunda Emissão da Estre Ambiental S.A." ("Contrato de Distribuição"), tendo como público alvo Investidores Qualificados.

3.9.2. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

3.9.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estarem cientes de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.9.5. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro)



meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.9.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 5 (cinco) Dias Úteis imediatamente subsequentes, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.9.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.9.10. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.11. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

#### **Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

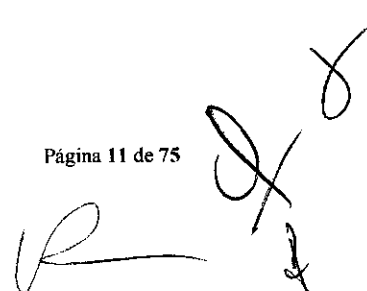
##### **4.1. Características Básicas**

###### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

###### **4.1.2. Data de Emissão**

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 14 de dezembro de 2012 (“Data de Emissão”).



#### 4.1.3. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 14 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Evento de Inadimplemento, Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária (conforme termos definidos adiante) previstas nesta Escritura de Emissão. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme termo definido abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

#### 4.1.4. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

#### 4.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND extrato emitido em nome do Debenturista pela CETIP.

#### 4.1.6. *Conversibilidade*

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.1.7. *Espécie*

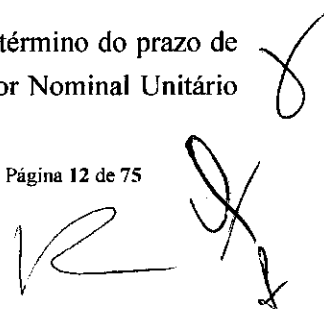
4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografia, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantias adicionais reais e garantia adicional fidejussória, conforme garantias descritas na Cláusula 4.10 abaixo.

#### 4.1.8. *Participação nos Lucros*

4.1.8.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

### 4.2. **Subscrição e Direito de Preferência**

4.2.1. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em datas diversas até o término do prazo de colocação, a partir do início de sua distribuição, e serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large 'X' and several other marks.

acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, em observância ao plano de distribuição e demais condições previamente acordados entre a Emissora e os Coordenadores, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição, bem como as disposições da Instrução CVM 476.

4.2.2. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

#### 4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### 4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### 4.5. Remuneração

##### 4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo). Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNb \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNb = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), de cada Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, a partir da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data do término do Período de Capitalização, exclusive, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data do término de cada Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do Fator DI, sendo “n” um número inteiro;

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

$\text{DI}_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*spread* = acréscimo sobre a TaxaDI-Over, equivalente a 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou pagamento da remuneração, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $(+TDI_k)$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(+TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão FatorJuros será considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP ou pela entidade responsável pelo seu cálculo, conforme aplicável.

4.5.1.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente

Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo, como fator de correção das Debêntures, a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.5. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem qualquer tipo de ônus, sobretaxa pelo resgate antecipado, multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, conforme definido abaixo. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e o prazo de amortização previsto nesta Escritura de Emissão. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pela maioria dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros

Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas quanto à taxa de remuneração substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto no item (i) acima.

#### 4.5.2. Período de Capitalização

4.5.2.1. Define-se período de capitalização (“Período de Capitalização”) como sendo o intervalo de tempo que (i) se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na data do primeiro pagamento de Juros Remuneratórios, exclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) se inicia na data do pagamento imediatamente anterior de Juros Remuneratórios, inclusive, e termina na data do próximo pagamento de Juros Remuneratórios, exclusive, nos demais Períodos de Capitalização. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

#### 4.5.3. Saldo do Valor Nominal Unitário

4.5.3.1. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após a realização de amortizações das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.7 abaixo.

#### 4.5.4. Pagamento de Juros Remuneratórios

4.5.4.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos anualmente nos 2 (dois) primeiros anos, a partir da Data de Emissão e, semestralmente, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, sendo que o último pagamento será feito na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo (cada uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”), ressalvadas as hipóteses de Evento de Inadimplemento, de Resgate Antecipado Facultativo ou de Amortização Extraordinária (conforme definidos abaixo):

Pagamento de Juros Remuneratórios	
Nº do Pagamento	Data do Pagamento
1º	14 de dezembro de 2013
2º	14 de dezembro de 2014
3º	14 de junho de 2015
4º	14 de dezembro de 2015
5º	14 de junho de 2016
6º	14 de dezembro de 2016
7º	14 de junho de 2017

8º	14 de dezembro de 2017
----	------------------------

4.5.4.2. Farão jus aos Juros Remuneratórios aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

#### 4.5.5. Ausência de Novação

4.5.5.1. Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.5.1.2 a 4.5.1.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil (conforme termo definido abaixo), mantendo-se a garantia válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

#### 4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.7. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.7.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 24º (vigésimo quatro) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão, conforme tabela abaixo, sendo que o último pagamento será feito na Data de Vencimento (cada uma, uma “Data de Pagamento da Amortização do Valor Nominal Unitário”):

Pagamento de Amortização do Valor Nominal Unitário		
Nº do Pagamento	Data do Pagamento	Percentual de Amortização
1º	14 de dezembro de 2014	14,2857%
2º	14 de junho de 2015	14,2857%
3º	14 de dezembro de 2015	14,2857%
4º	14 de junho de 2016	14,2857%
5º	14 de dezembro de 2016	14,2857%
6º	14 de junho de 2017	14,2857%
7º	14 de dezembro de 2017	14,2858%

4.7.2. Farão jus à amortização do Valor Nominal Unitário aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Amortização do Valor Nominal Unitário.

#### **4.8. Condições de Pagamento**

##### *4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade ou Isenção Tributária*

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Agente Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

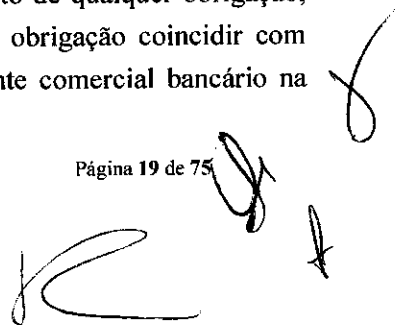
4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário até 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário e ao Agente Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário, pelo Agente Escriturador ou pela Emissora.

4.8.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Mandatário ou ao Agente Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

##### *4.8.2. Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial bancário na



Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, (“Dia Útil”). Quando da indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

#### 4.8.3. *Encargos Moratórios e Multa*

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e independente dos prazos de cura mencionados na Cláusula 4.13.1, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, e não pago, além das despesas incorridas com a cobrança, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios e Multa”).

#### 4.8.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

#### 4.9. **Publicidade**

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal Empresas e Negócios, ou em outros, de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.10. **Garantias**

##### 4.10.1. *Garantias Reais*

4.10.1.1. As Debêntures contarão com as garantias representadas por:

(a) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Viva Ambiental de titularidade da Pilares, de acordo com os termos do respectivo contrato a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, Pilares, na qualidade de único acionista da Viva Ambiental, e com a interveniência da Viva Ambiental ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Viva Ambiental");

(b) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da V2 Ambiental SPE S.A. subsidiária integral de capital fechado, com sede na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na Rua da Paz, nº 1.388, sala 607, CEP 57020-440, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.826.008/0001-65 ("V2 Ambiental"), de titularidade da Viva Ambiental, de acordo com os termos do respectivo contrato a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Viva Ambiental, e com a interveniência da V2 Ambiental ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da V2 Ambiental");

(c) alienação fiduciária das quotas representativas da totalidade do capital social da LMG Participações Ltda. sociedade empresarial limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua da Espanha, nº 30, Edifício Martins, sala 701, CEP 40010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.852.508/0001-31 ("LMG Participações"), de titularidade da Pilares, de acordo com os termos do respectivo contrato a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Pilares, e com a interveniência da LMG Participações ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da LMG Participações");

(d) alienação fiduciária das quotas representativas da totalidade do capital social da Tahaa Transportes Ltda. sociedade empresarial limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua da Espanha, nº 30, Edifício Martins, sala 705, CEP 40010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ/MF nº 08.154.463/0001-10 ("Tahaa Transportes"), de titularidade da LMG Participações, de acordo com os termos do respectivo contrato a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a LMG Participações, e com a interveniência da Tahaa Transportes ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Tahaa Transportes");

(e) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Geo Vision, de titularidade da Baraquias, de acordo com os termos do respectivo contrato a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Baraquias, e com a interveniência da Geo Vision ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Geo Vision"); e

(f) cessão fiduciária de direitos de crédito provenientes de contratos comerciais celebrados pela Emissora, pela Estre Petróleo e/ou pela Pollydutos Montagem e Construção Ltda., sociedade empresarial limitada, com sede na Cidade de São Bernanrdo do Campo, Estado de São Paulo, na Avenida do Taboão, nº 455, Rudge Ramos, CEP 09655-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.814.660/0001-67 ("Pollydutos"), com empresas do Grupo Petrobrás, no montante mínimo de (i) R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), caso o volume de emissão seja de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), ou (ii)

R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), caso o volume de emissão seja de até R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), a ser constituída de acordo com os termos do(s) respectivo(s) contrato(s) a ser(em) celebrado(s) entre a(s) fiduciante(s), o Agente Fiduciário e o Itaú BBA, na qualidade de banco administrador de contas (em conjunto, "Contratos de Cessão Fiduciária" e, juntamente com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Viva Ambiental, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da V2 Ambiental, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da LMG Participações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Tahaa Transportes e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Geo Vision, os "Contratos de Garantia Real" ou "Garantias Reais").

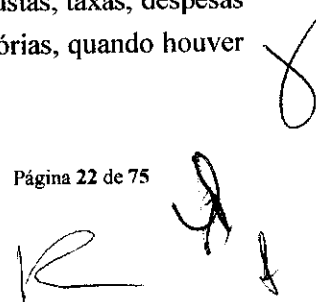
4.10.1.2. A partir da primeira Data de Pagamento da Amortização do Valor Nominal Unitário, qual seja, 14 de dezembro de 2014, o valor total dos direitos de créditos cedidos no âmbito dos Contratos de Cessão Fiduciária descritos no item (f) acima, oriundos de contratos celebrados com o Grupo Petrobrás, deverão corresponder, a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures em circulação, durante todo o prazo de vigência das Debêntures.

4.10.1.3. Durante a existência das Debêntures poderá ser constituída cessão fiduciária de direitos de crédito provenientes de outros contratos comerciais celebrados pela Emissora e/ou por empresas do Grupo Estre com empresas do Grupo Petrobrás, para substituir os direitos de crédito cedidos nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária ou para recompor o índice mínimo indicado na Cláusula 4.10.1.2 acima.

#### 4.10.2. *Garantia Adicional Fidejussória*

4.10.2.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias, assumidas, pela Emissora, nesta Escritura de Emissão, os Fiadores prestam fiança ("Fiança" e, em conjunto com as Garantias Reais, as "Garantias") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, por si ou seus sucessores a qualquer título, como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, por todos os valores e encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme os termos e condições abaixo.

4.10.2.2. Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis, pelo valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), o qual inclui (i) o Valor Nominal Unitário e/ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, honorários advocatícios, custas, taxas, despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido").



4.10.2.3. O Valor Garantido será pago por quaisquer dos Fiadores em até 2 (dois) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito, observados os termos da presente Escritura de Emissão, do Agente Fiduciário aos Fiadores, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura de Emissão. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.10.2.3.1. As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

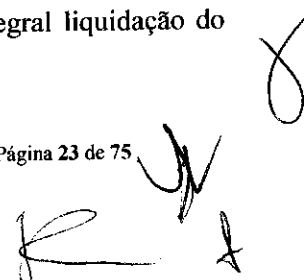
4.10.2.4. Os Fiadores expressamente renunciam a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.10.2.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.10.2.6. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.10, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada.

4.10.2.7. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida e plenamente eficaz em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia.

4.10.2.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.



4.10.2.9. A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

4.10.2.10. Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por eles honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

#### 4.10.3. *Liberação das Garantias*

4.10.3.1. A garantia decorrente do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Geo Vision deverá ser integralmente liberada pelo Agente Fiduciário, a partir do final do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis, uma vez verificado cumulativamente que (i) o Agente Fiduciário não tenha conhecimento da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; (ii) todas as obrigações pecuniárias previstas nos documentos da Emissão estejam totalmente adimplidas; e (iii) tenha sido realizado o pagamento das 3 (três) primeiras parcelas de amortização das Debêntures nas Datas de Pagamento da Amortização do Valor Nominal Unitário, nos termos da Cláusula 4.7.1.

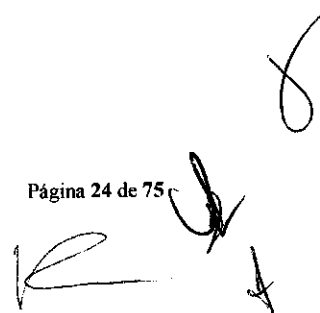
4.10.3.2. A garantia decorrente dos Contratos de Cessão Fiduciária será liberada pelo Agente Fiduciário conforme os termos e condições definidos nos respectivos Contratos de Cessão Fiduciária.

4.10.3.3. Quando da extinção das obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura de Emissão, em razão do pagamento de todos os valores devidos pela Emissora aos Debenturistas no curso ordinário da Emissão ou da realização de Resgate Antecipado Facultativo, as Garantias existentes à época desses eventos deverão ser totalmente liberadas pelo Agente Fiduciário no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de tais eventos.

#### 4.11. **Aquisição Facultativa**

4.11.1. É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.11.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

#### 4.12. **Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária**



4.12.1. As Debêntures poderão ser amortizadas extraordinariamente (“Amortização Extraordinária”) ou facultativamente resgatadas em sua totalidade (“Resgate Antecipado Facultativo”), a critério da Emissora, mediante Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo ou de Amortização Extraordinária (conforme termo definido na Cláusula 4.12.5 abaixo).

4.12.2. O valor do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária, conforme aplicável, devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculado *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão; (ii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso; e (iii) de prêmio (*flat*) incidente sobre o valor objeto do, Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária, conforme aplicável, de acordo com a tabela abaixo (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo” e “Valor da Amortização Extraordinária”, respectivamente):

Ano do Evento	Prêmio ( <i>flat</i> )
1º ano da Emissão	0,40% (quarenta centésimos por cento)
2º ano da Emissão	0,35% (trinta e cinco centésimos por cento)
3º ano da Emissão	0,30% (trinta centésimos por cento)
4º ano da Emissão	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
5º ano da Emissão	0,20% (vinte centésimos por cento)

4.12.3. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora da realização do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.12.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.

4.12.5. Não haverá resgate antecipado facultativo parcial.

4.12.6. O Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, deverá ser realizado mediante comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, sendo que tal notificação deverá informar (a) a data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo ou o Valor da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (c) o procedimento a ser adotado para a realização do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ou da

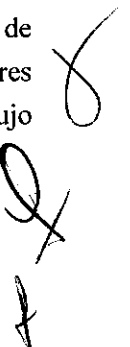
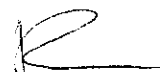
Amortização Extraordinária, conforme o caso (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo ou de Amortização Extraordinária”).

4.12.7. Fica, desde já, certo e ajustado, que não poderá ser realizada qualquer Amortização Extraordinária em valor igual ou superior a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação, devendo ser substituída por Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures.

#### 4.13. Vencimento Antecipado

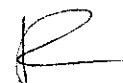
4.13.1. O Agente Fiduciário, sujeito aos termos previstos na Cláusula 4.13.1.1, poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e poderá exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Inadimplemento”):

- (i) não pagamento, em até 1 (um) Dia Útil das respectivas datas de vencimento, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- (ii) ocorrência de protesto de títulos contra a Emissora, os Fiadores e/ou por qualquer das sociedades cuja participação da Emissora seja de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação ou quota de seu capital social e que represente pelo menos 5% (cinco por cento) do faturamento consolidado (“Grupo Estre”), em valor individual, igual ou superior, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou agregado, igual ou superior, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se (X) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (Y) no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da ciência da respectiva ocorrência (A) este seja cancelado, sustado ou contestado judicialmente pela Emissora como sendo ilegítimo; ou (B) sejam prestadas garantias suficientes para cobrir o débito em juízo. Os valores mencionados acima deverão ser atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M (“IGP-M”) a partir da Data de Emissão;
- (iii) decretação de falência, pedido de falência requerido por terceiro, pedido de autofalência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, dos Fiadores e/ou de alguma sociedade do Grupo Estre, não elidido, contestado, suspenso e/ou cujo



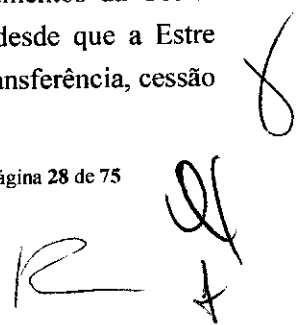
pagamento não tenha sido comprovado pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pela respectiva sociedade do Grupo Estre no prazo legal;

- (iv) descumprimento, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer sociedade do Grupo Estre, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos Contratos de Garantia (“Documentos da Oferta Restrita”), não sanado em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento de aviso por escrito enviado Agente Fiduciário à Emissora sobre o referido descumprimento ou no prazo estabelecido para sanar o inadimplemento, conforme aplicável;
- (v) ocorrência de qualquer alteração, mudança ou transferência do atual controle acionário e/ou societário final da Emissora, dos Fiadores ou de qualquer sociedade do Grupo Estre, assim entendido, no que diz respeito à Emissora, como a situação em que o atual grupo de controle da Emissora, formado por Wilson Quintella Filho, Gisele Mara de Moraes, Wilson Ferro de Lara e Hulshof Participações S.A., deixe de deter a maioria (50% mais uma) das ações com direito a voto da Emissora, sendo certo que essa restrição deixa de existir na ocorrência de oferta pública de ações de emissão da Emissora com listagem para negociação no segmento Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- (vi) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer sociedade do Grupo Estre, conforme aplicável, no mercado local ou internacional, com qualquer dos Debenturistas, exceto nos casos em que tal inadimplemento tenha sido devidamente sanado dentro de seu prazo de cura específico, caso aplicável;
- (vii) se as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão: (a) forem objeto de questionamento judicial que resulte em sua inexigibilidade; (b) não forem devidamente constituídas e formalizadas, nos termos dos respectivos Contratos de Garantia Real; (c) forem anuladas, nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixarem de existir, exceto se dentro de 15 (quinze) dias contados da ocorrência do fato, (i) a Emissora submeta à aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas uma garantia substituta, (ii) referida garantia substituta seja aprovada pelos Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas não poderão recusar a oferta de maneira injustificada, a exclusivo critério dos Debenturistas, e (iii) referida garantia substituta seja levada para registro nos cartórios pertinentes e com a apresentação do(s) protocolo(s) de registro aos Debenturistas no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia



Geral de Debenturistas que a aprovou ou outro prazo a ser determinado na Assembleia Geral de Debenturistas;

- (viii) extinção, suspensão e/ou alteração de qualquer das licenças operacionais ou autorizações de funcionamento de qualquer estabelecimento da Emissora, dos Fiadores e/ou do Grupo Estre, cujo faturamento, isoladamente ou em conjunto, seja superior ou equivalente a (a) 25% (vinte e cinco por cento) do EBITDA (conforme definido abaixo) consolidado e *pro-forma* da Emissora com as aquisições concluídas de empresas adquiridas dentro de cada exercício social, e (b) desde que tal extinção, suspensão e/ou alteração implique paralisação das atividades do respectivo estabelecimento por prazo superior a 20 (vinte) Dias Úteis. No caso de extinção, suspensão e/ou alteração que implique em paralisação das atividades e o EBITDA do respectivo estabelecimento seja superior ou equivalente a 15% (quinze por cento), o Índice Financeiro passa a ser verificado trimestralmente (a) até a normalização das atividades do respectivo estabelecimento, sendo, neste caso, necessária uma verificação do Índice Financeiro no trimestre subsequente ou (b) até a próxima verificação anual, desde que a Emissora esteja adimplente em tal verificação;
- (ix) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, (a) em valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) até o ano fiscal de 2014, (b) em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora, em bases consolidadas, nos demais períodos, enquanto houver saldo devedor das Debêntures e a Emissora não estiver observando (X) o Índice Financeiro (conforme definido no inciso “xiii” abaixo) igual ou inferior a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) ou (Y) os Índices Financeiros (conforme abaixo definidos) no caso de a Emissora realizar oferta pública inicial de ações de sua emissão, sendo que, nesses casos, a distribuição de dividendos fica sujeita à análise prévia de verificação dos Índices Financeiros na época, conforme o caso, ou (c) em qualquer valor, quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures. O valor mencionado acima deverá ser atualizado com base no IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, das obrigações assumidas nos Documentos da Oferta Restrita, exceto (i) as realizadas entre a Emissora e os Fiadores, desde que a Estre Ambiental permaneça como emissora ou passe a ser fiadora após a transferência, cessão



ou promessa de cessão, ou (ii) se tal transferência, cessão ou promessa de cessão for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

- (xii) na hipótese de quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita tornarem-se comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável, e tal evento não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora, os Fiadores e/ou qualquer sociedade do Grupo Estre tomarem conhecimento do referido evento;
- (xiii) não observância pela Emissora do índice financeiro mencionado abaixo (“Índice Financeiro”), acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, a ser calculado com base nas informações financeiras auditadas consolidadas da Emissora, ao final de cada ano, incluindo as demonstrações financeiras *pro-forma* não auditadas consolidando as aquisições concluídas de empresas adquiridas dentro de cada exercício social, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, em até 15 (quinze) dias corridos após sua divulgação pela Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

Índice Financeiro	Ano da Emissão	Valor
Dívida Líquida/EBITDA	1 ° ano	Inferior ou igual a 4,00
	2 ° ano	Inferior ou igual a 3,50
	3 ° ano	Inferior ou igual a 3,00
	4° e 5 ° anos	Inferior ou igual a 2,50

Onde:

- i. considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos, mútuos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida;

- ii. considera-se como “EBITDA”, o cálculo considerando as seguintes contas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora: receita operacional líquida (-) custo dos produtos vendidos (-) despesas gerais, administrativas e de vendas (+) depreciação, amortização e exaustão (+) provisão de fechamento de aterros (+) provisão de pós-fechamento de aterros (+) provisão de devedores duvidosos limitadas ao valor máximo de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (-) reversão de devedores duvidosos limitadas ao valor máximo de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (+) despesas não recorrentes líquidas limitadas ao valor máximo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se previamente aprovada por debenturistas que representem ao menos (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- (xiv) caso provem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Oferta Restrita;
- (xv) caso provem-se incorretas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Oferta Restrita, desde que tais incorreções não sejam sanadas no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de notificação da Emissora ao Agente Fiduciário;
- (xvi) redução de capital social (a) da Emissora, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, ou (b) de qualquer dos Fiadores e/ou de qualquer sociedade do Grupo Estre, exceto se toda a parcela do patrimônio líquido decorrente de tal redução permaneça com a Emissora e/ou com os Fiadores;
- (xvii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, de qualquer dos Fiadores e/ou de qualquer sociedade controlada do Grupo Estre, exceto se tal liquidação, dissolução ou extinção for decorrente (a) do curso normal das atividades de uma sociedade de propósito específico de qualquer sociedade controlada pela Emissora, Fiadores e/ou sociedades do Grupo Estre (como, por exemplo, a descontinuidade de sociedades que possuam projetos em fase inicial de desenvolvimento ou inativas), desde que tal liquidação, dissolução ou extinção não seja da Emissora e/ou dos Fiadores, ou (b) de fusão, incorporação ou outra forma de reorganização societária da Emissora, Fiadores e/ou das sociedades do Grupo Estre, desde que realizada em conformidade com o item (xviii) abaixo;

- (xviii) fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, os Fiadores e/ou qualquer sociedade controlada do Grupo Estre, exceto se realizada dentro do Grupo Estre para a maximização da eficiência fiscal, ou se previamente autorizada por Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (xix) cisão ou qualquer forma de reorganização societária que tenha efeito similar a cisão envolvendo a Emissora, os Fiadores e/ou qualquer sociedade controlada do Grupo Estre, exceto se a parte cindida passe a ser fiadora da Emissão ou se previamente autorizada por Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (xx) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer sociedade do Grupo Estre, conforme aplicável, no mercado local ou internacional, com terceiros, em quaisquer desses casos em valor individual, igual ou superior, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou agregado, igual ou superior, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, exceto nos casos em que tal inadimplemento tenha sido devidamente sanado dentro de seu prazo de cura específico, caso aplicável. O valor mencionado acima deverá ser atualizado com base no IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (xxi) ocorrer sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim: (a) concessão de qualquer empréstimo ou financiamento, pela Emissora, pelos Fiadores, ou por qualquer sociedade do Grupo Estre, exceto se realizada em benefício de sociedades integrantes do Grupo Estre ou, se realizada para sociedades de seu grupo econômico limitada ao montante, individual, de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou agregado de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda; ou (b) concessão, pela Emissora, pelos Fiadores ou por qualquer sociedade do Grupo Estre, de qualquer espécie de garantia, exceto as concedidas com relação a obrigações pecuniárias de sociedades integrantes de seu grupo econômico;

- (xxii) alienação de ativos de propriedade da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer sociedade do Grupo Estre em valor individual, ou agregado a partir da Data de Emissão, igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto se os recursos resultantes da alienação permanecerem dentro do patrimônio da Emissora, dos Fiadores e/ou das sociedades do Grupo Estre. O valor mencionado acima deverá ser atualizado com base no IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (xxiii) não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, os Fiadores e/ou qualquer sociedade do Grupo Estre, em valor individual, igual ou superior, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou agregado, igual ou superior, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, desde que tal inadimplemento não seja sanado em um prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data de publicação de tal sentença judicial transitada em julgado. Os valores mencionados acima deverão ser atualizados com base no IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (xxiv) não cumprimento, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer sociedade do Grupo Estre, de suas obrigações socioambientais, que afete de modo relevante a capacidade da Emissora e dos Fiadores de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xxv) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
- (xxvi) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou dos Fiadores, que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas;
- (xxvii) não entregar ao Agente Fiduciário, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da liquidação das Debêntures, as autorizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e do *International Finance Corporation* ("IFC") para a realização da presente Emissão de Debêntures; ou
- (xxviii) se a garantia descrita no item 4.10.1.1.(f) acima, referente à cessão fiduciária de direitos de crédito provenientes de contratos comerciais celebrados pela Emissora, pela Estre Petróleo e/ou pela Pollydutos com empresas do Grupo Petrobrás, não for constituída e

devidamente registrada nos cartórios de títulos e documentos competentes em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão.

4.13.1.1. Na ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento mencionados nos itens (ii), (iv), (v), (vii), (viii), (xi), (xiii), (xv), (xx), (xxiv), (xxvii) ou (xxviii) acima, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão. Na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em primeira convocação, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. No caso de Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures por deliberação da maioria dos presentes.

4.13.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 4.13.1.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir da Emissora e/ou dos Fiadores, nos termos desta Escritura de Emissão, os pagamentos que forem devidos.

4.13.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora e aos Fiadores, com cópia para o Banco Mandatário e Agente Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data do Evento de Inadimplemento ou da realização da Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 4.13.1.1 acima.

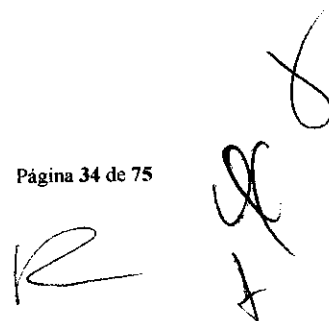
4.13.3. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 4.13.2 acima.

4.13.4. Caso a Emissora não proceda ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, na forma estipulada na Cláusula 4.13.2 acima, serão também acrescidos ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios e Multa, incidentes desde a data do Evento de Inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

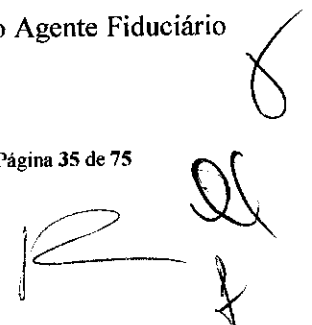
**Cláusula Quinta - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES**

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, bem como nesta Escritura de Emissão, a Emissora, adicionalmente, obriga-se a:

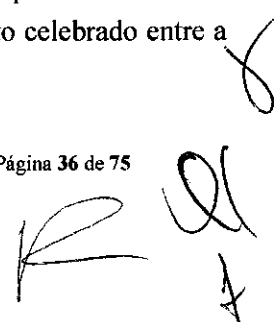
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas/informações necessárias para a obtenção do Índice Financeiro calculado pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e (iii) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;
  - (b) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 4.13.1 acima na data de seu conhecimento; e
  - (c) avisos aos Debenturistas e fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data de sua publicação, realização ou solicitação, conforme o caso;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:



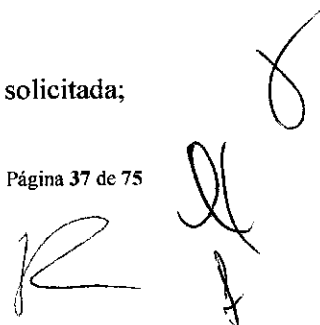
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por auditor registrado na CVM e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando-as, imediatamente, ao Agente Fiduciário;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
  - (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Oferta Restrita, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;



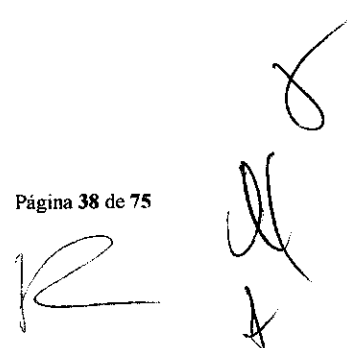
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) notificar, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver conhecimento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previstos na Cláusula 4.13.1 acima;
- (x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xi) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da Oferta Restrita e da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Oferta Restrita, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos, os atos societários da Emissora e os Contratos de Garantia Real; e (c) das despesas com a contratação de assessores legais, Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador;
- (xii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade legal da Emissora;
- (xiii) não efetuar pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso qualquer Evento de Inadimplemento tenha ocorrido e não tenha sido sanado;
- (xiv) manter contratados, durante toda a vigência das Debêntures, Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Agente Escriturador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND), mantendo as Debêntures registradas, durante toda a sua vigência, no SND;
- (xv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e do contrato celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário;



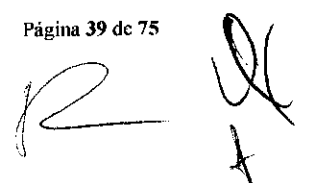
- (xvi) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, conforme definida abaixo, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xvii) comunicar o Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre a ocorrência de (a) qualquer alteração relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura de Emissão; e/ou (b) qualquer evento ou condição que, após decurso do prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou os Fiadores, que modifique de forma relevante e adversa a condição econômica, financeira, e jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou dos Fiadores, de modo a afetar relevantemente as obrigações pecuniárias assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita, assim entendido como eventos ou condições que impactem, de forma direta, pelo menos 20% (vinte por cento) do faturamento consolidado da Emissora ("Efeito Adverso Relevante");
- (xviii) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, observada a Cláusula 4.13.1;
- (xix) manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas e regulares as licenças, ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, e/ou concessões ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referirem a licenças, aprovações ou concessões, cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em Efeito Adverso Relevante;
- (xx) arquivar e fazer com que arquivem todos os atos societários realizados no âmbito da Emissão das Debêntures nos órgãos competentes, bem como publicá-los e fazer com que publiquem nos jornais que realizam suas publicações;
- (xxi) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized 'X' and several other marks.

- (xxii) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”);
- (xxiii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita (“Comunicação de Encerramento”), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxiv) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação; e
- (xxv) realizar Amortização Extraordinária das Debêntures em montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor obtido pelo Fundo Delta III ou sua investida DMTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“DMTSPE”) na alienação da participação acionária que detiver na Essencis Soluções Ambientais S.A. (“Essencis”) caso o Fundo Delta III seja obrigado a se desfazer da referida participação acionária por determinação do tribunal arbitral no Procedimento Arbitral nº CMA 215, em curso perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP/FIESP (“Procedimento Arbitral da Essencis”), sendo que a Amortização Extraordinária deverá ser realizada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura, exceto se tal Amortização Extraordinária ocorrer até 31 de setembro de 2013 hipótese na qual não será devido o prêmio estabelecido no item (iii) da Cláusula 4.12.2, concomitante à referida alienação da participação acionária na Essencis;
- (xxvi) formalizar as Garantias até a subscrição e integralização das Debêntures e constituir as Garantias Reais dentro do prazo assim previsto nos respectivos Contratos de Garantia Real;
- (xxvii) cumprir com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, especialmente trabalhistas e ambientais;



- (xxviii) cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (xxix) manter a Emissão, ao menos, *pari passu* em termos e condições a qualquer outra dívida quirográfaria eventualmente contraída pela Emissora;
- (xxx) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, ou aqueles pagamentos que, na interpretação da Emissora, de boa-fé e com base em opinião legal de escritório de advocacia de renome no mercado brasileiro, não são devidos, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xxxi) manter, durante o prazo de vigência das Debêntures, a partir da primeira Data de Pagamento da Amortização do Valor Nominal Unitário, qual seja, 14 de dezembro de 2014, o valor dos recebíveis cedidos fiduciariamente, no âmbito dos Contratos de Cessão Fiduciária, correspondente, a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures em circulação;
- (xxxii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xxxiii) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xxxiv) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar o Agente Fiduciário, por escrito, na data em que tomar conhecimento, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- (xxxv) contratar, às suas expensas, sempre que necessário, escritório de advocacia de renomada reputação a fim de assessorar a Emissora e o Agente Fiduciário na constituição ou substituição das Garantias, sempre que novas garantias tiverem de ser constituídas e/ou substituídas, conforme o caso;
- (xxxvi) comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações pecuniárias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão

(xxxvii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações não pecuniárias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

(xxxviii) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 3.7.; e

(xxxix) entregar ao Agente Fiduciário, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da liquidação das Debêntures, as autorizações do BNDES e do IFC para a realização da presente Emissão de Debêntures.


5.2. . Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, bem como nesta Escritura de Emissão, os Fiadores, adicionalmente, obrigam-se a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(a) dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores, podendo o Agente Fiduciário solicitar aos Fiadores e/ou aos seus auditores independentes, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) declaração do representante legal dos Fiadores atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão; e

(b) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 4.13.1 acima na data de seu conhecimento;

(ii) notificar, em até 1 (um) Dias Útil da data em que tiver conhecimento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades dos Fiadores, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previstos na Cláusula 4.13.1 acima;



- (iii) comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer fato relevante que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional dos Fiadores;
- (iv) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, observada a Cláusula 4.13.1;
- (v) manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas e regulares as licenças, ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao regular funcionamento dos Fiadores, observado o disposto na alínea “viii” da Cláusula 4.13.1;
- (vi) arquivar todos os atos societários dos Fiadores realizados no âmbito da Emissão das Debêntures nos órgãos competentes, bem como publicá-los nos jornais que os Fiadores realizam suas publicações;
- (vii) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (viii) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, realizar o pagamento do Valor Garantido, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pelos Fiadores;
- (xi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar o Agente Fiduciário, por escrito, na data em que tomar conhecimento, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pelos Fiadores tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;




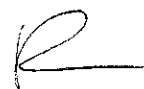
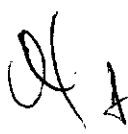
- (xii) comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações pecuniárias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão
- (xiii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações não pecuniárias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão.

### **Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como agente fiduciário da Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

6.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

- (vii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) aceitar a obrigação de acompanhar a ciência da ocorrência das hipóteses de Evento de Inadimplemento, descritas na Cláusula 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (ix) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (x) a(s) pessoa(s) que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem(têm) poderes bastantes para tanto;
- (xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (xii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (xiii) verificará, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das Garantias descritas na Cláusula 4.10, bem como sua suficiência e exequibilidade;
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora, incorporadora da Neerans Empreendimentos e Participações S.A., com vencimento em 15 de junho de 2016, em que foram emitidas 133 (cento e trinta e três) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$66.500.000,00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil de reais). Declara que até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na respectiva escritura de emissão. Além disso, tais debêntures são garantidas por garantia fidejussória da Emissora e de Wilson Quintella Filho, bem como de alienação fiduciária de ações da emissão da Emissora, detidas pelo acionista controlador em favor do Agente Fiduciário na figura de representante dos debenturistas daquela emissão, perfazendo o montante de R\$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), sendo certo que o Agente Fiduciário e os titulares das notas promissórias da 2ª emissão da Emissora celebraram em 30 de abril de 2012

contrato de compartilhamento de garantias, conforme previsto naquela escritura de emissão; e

- (xv) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28.

6.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

6.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

6.3.1. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

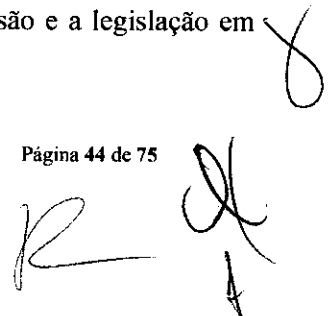
6.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

6.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será registrada a presente Escritura de Emissão e nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos.

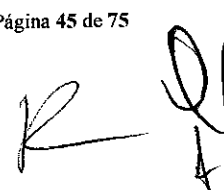
6.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura de Emissão devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.



6.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

6.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como dos valores dessas Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

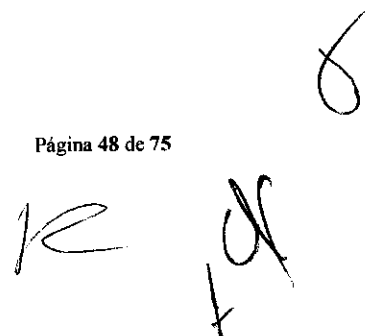
Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'R' followed by a stylized 'Q' or 'J'.

- (x) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, se houver, e caso seja autorizado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas manifestando a sua expressa e justificada concordância.
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura de Emissão;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, se aplicável, pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora ou ainda a realização de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária;

- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta Restrita;
  - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias, prestadas nos termos da Cláusula 4.10 acima;
  - (j) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
  - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM;
  - (d) na CETIP; e
  - (e) na sede do Coordenador Líder;
- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, a expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o item (xv) acima se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;

- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador, ao Agente Fiduciário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas, nos termos e nos limites previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xix) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas antecipadamente, se for o caso;
- (xx) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 7 (sete) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxii) calcular diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, em conjunto com a Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br); e
- (xxiii) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de Evento de Inadimplemento, observados os termos desta Escritura de Emissão:



- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário e/ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes, Encargos moratórios e Multas, custas, despesas e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 6.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 6.5 (v) acima.

6.7. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.

6.7.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido); e (v) de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes correspondentes ao pagamento.

6.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que vier a

substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculada *pro rata die*, se necessário.

6.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.7.4. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário, conforme sejam comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, despesas com viagens, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras.

6.7.5. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M.

6.7.6. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

6.7.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário comprometem-se a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

6.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.8.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação de cópia da respectiva nota fiscal. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 6.8 acima será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

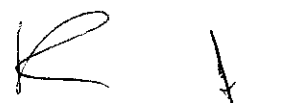
6.8.2. Tais despesas a serem adiantadas ou reembolsadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

6.8.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

6.8.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 20 (vinte) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.8.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

6.8.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas



Garantias, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.7. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

#### **Cláusula Sétima - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

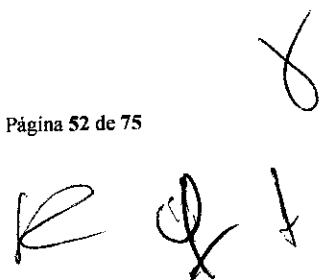
7.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias corridos de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da segunda convocação.

7.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.6. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório de registro de títulos e documentos.



7.7. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas a convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

7.8. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 7.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.8.1. Não se aplica o *quorum* a que se refere à Cláusula 7.5 acima:

- (i) aos casos em que haja *quorum* expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) às alterações (a) de *quorum* previsto nesta Escritura de Emissão e das regras aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas; (b) dos Juros Remuneratórios; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer Evento de Inadimplemento, e (h) das condições da garantia prevista na Cláusula 4.10, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.9. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se “em circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade (i) de empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

7.10. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

7.12. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.13. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

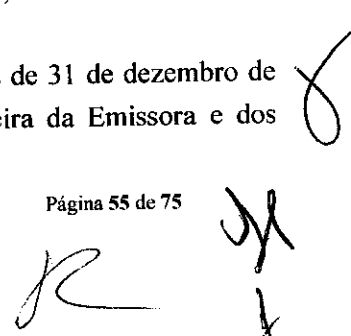
#### **Cláusula Oitava - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES**

8.1. Sem prejuízo das demais declarações contidas nesta Escritura de Emissão, a Emissora e cada um dos Fiadores, nesta data, declaram e garantem que:

- (i) é sociedade por ações ou quotas, conforme o caso, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pelos Fiadores, observado o disposto na alínea “v” abaixo;
- (iv) as pessoas que lhe representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (v) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sua celebração e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora ou os Fiadores sejam parte, incluindo o inadimplemento de índices financeiros previstos em contratos de dívidas, conforme aplicável, com exceção dos contratos celebrados com o BNDES e o IFC, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto obrigações financeiras em valor individual, igual ou inferior, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) devidas a entidades que não sejam de fomento ou multilaterais; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data ou decorrentes da celebração desta Escritura de Emissão e da colocação das Debêntures; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou

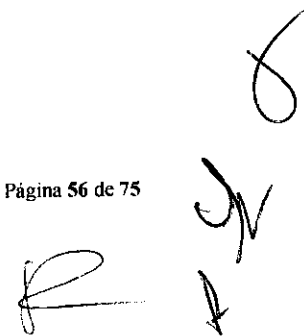
instrumentos;

- (vi) sua respectiva situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (vii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, conforme aplicável, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
- (viii) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora ou Fiadores;
- (ix) no caso da Emissora, não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (x) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (xi) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si em valor individual ou agregado, igual ou superior, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos, não sejam elididos no prazo legal ou contestados;
- (xii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na JUCESP, (b) o registro das Debêntures na CETIP e (c) outros registros previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xiii) no caso da Emissora, tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xiv) as demonstrações financeiras da Emissora e dos Fiadores datadas de 31 de dezembro de 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e dos



Fiadores naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e dos Fiadores;

- (xv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto quando a falta de autorização ou licença não acarretar um Efeito Adverso Relevante;
- (xvi) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que, (a) de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, ou (b) na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (xvii) no caso da Emissora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xviii) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, exceto nos casos (a) cujo não pagamento não poderia acarretar um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora e/ou os Fiadores, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xix) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas aos Coordenadores anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;



- (xx) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- (xxi) no caso dos Fiadores, a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante de cada Fiador, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xxii) inexistente qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante, exceto o Procedimento Arbitral da Essencis; e
- (xxiii) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo aos Debenturistas.

#### **Cláusula Nona - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

**ESTRE AMBIENTAL S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar - Itaim

São Paulo - São Paulo

04543-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

At.: Marco Aurélio Ferreira / Nathália Machado

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para os Fiadores:

**ESTRE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA LTDA.**

Rua Senador Dantas, nº 118, cobertura 01, centro,

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

20031-205

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

**PILARES PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º andar, Torre I, Itaim

São Paulo - São Paulo

04543-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

**CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.**

Avenida Gonçalo Madeira, nº 400, Jaguaré

São Paulo - São Paulo

05348-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

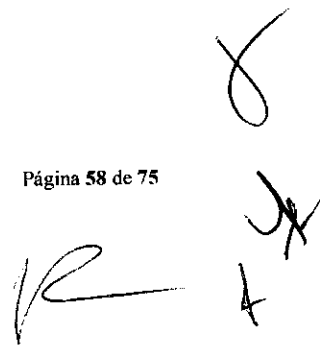
**RESICONTROL SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º andar, Torre I, Itaim

São Paulo - São Paulo

04543-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão



Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

**OXIL MANUFATURA REVERSA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.**

Rua Sidney Cardon Oliveira, nº 69, Cascata

São Paulo - São Paulo

13140-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

**CGR SERGIPE LTDA.**

Rodovia BR 101 – Km 65

Rosário do Catete – Sergipe

49760-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

**CGR CURITIBA LTDA.**

Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 3.188

Fazenda Rio Grande – Paraná

83829-308

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

**CTR ITABORAÍ – CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ITABORAÍ LTDA.**

Rodovia Estrada de Itapacorá, nº 10

Itaboraí - Rio de Janeiro

24800-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

**VIVA AMBIENTAL E SERVIÇOS S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º andar, Torre I, Itaim

São Paulo - São Paulo

04543-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

**GEO VISION SOLUÇÕES AMBIENTAIS E ENERGIA S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º andar, Torre I, Itaim

São Paulo - São Paulo

04543-000

At.: Roberto Rittes / Julio Volotão

Tel: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3375

E-mail: roberto.rittes@estre.com.br / julio.volotao@estre.com.br

(iv) Para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo - São Paulo

04344-902

At.: Douglas Callegari

Tel: (11) 2797-4431

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(v) Para o Agente Escriturador:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

São Paulo - São Paulo

01451-000

At.: Douglas Callegari

Tel: (11) 2797-4431

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(vii) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar, CEP 01452-000 - São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

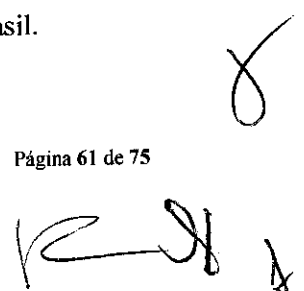
9.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem, na forma da Cláusula 9.2 acima.

9.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

9.5. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.6. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



9.8. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

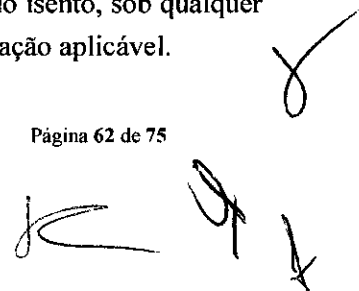
9.9. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

9.10. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro (a) desta Escritura de Emissão, bem como de eventuais seus aditamentos, na JUCESP (b) das Garantias, nos cartórios de títulos e documentos competentes, e (c) dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos órgãos competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

9.11. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora e dos Fiadores ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora e/ou pelos Fiadores, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora e/ou dos Fiadores de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.12. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora, pelos Fiadores ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora e/ou dos Fiadores elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.14. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Oferta Restrita que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.



9.15. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

**Cláusula Décima - FORO**

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 26 de novembro de 2012.

*(O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO)*

(Página 1/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

ESTRE AMBIENTAL S.A.

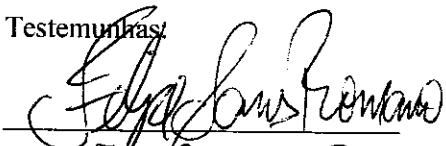


Nome: **Roberto Rittes**  
Cargo: **Diretor**




Nome: **Wilson Quintella Filho**  
Cargo: **Diretor Presidente**

Testemunhas:



Nome: **FELIPE SANS ROMANO**  
CPF: **278403658-84**



Nome: **Helena Gushiken**  
CPF: **015.216.201-13**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA




DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESTRE AMBIENTAL S.A.)

VERSÃO DE ASSINATURA

*(Página 2/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **Nilsimara Oliveira**  
Cargo: **Kojo Ferreira**  
**Procuradora**


  
  


(Página 3/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

**ESTRE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA LTDA.**



Nome: **Roberto Rittes**  
Cargo: *Diretor*



Nome: **Alexandre Alvim**  
Cargo: *Diretor*

(Página 4/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

**PILARES PARTICIPAÇÕES LTDA.**



Nome: **Roberto Rittes**  
Cargo: *Diretor*



Nome: **FERNANDO RIBEIRO BAU**  
Cargo: *Diretor*

(Página 5/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

**CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.**



Nome: **Roberto Rittes**  
Cargo: **Diretor**



Nome: **FERNANDO RIBEIRO BAU**  
Cargo: **Diretor**

(Página 6/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

**RESICONTROL SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.**



Nome: **Roberto Rittes**

Cargo: *Diretor*



Nome: **FERNANDO RIBEIRO BAU**

Cargo: *Diretor*

(Página 7/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

**OXIL MANUFATURA REVERSA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.**



Nome:

**Roberto Rittes**

Cargo:

*Diretor*

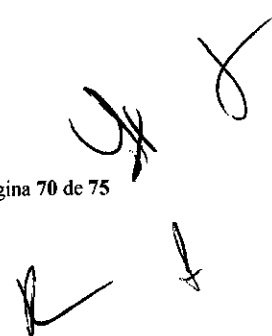


Nome:

**FERNANDO RIBEIRO BAU**

Cargo:

*Diretor*

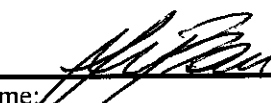


*(Página 8/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)*

**CGR SERGIPE LTDA.**



Nome: **Roberto Rittes**  
Cargo: *Diretor*

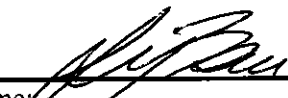


Nome: **FERNANDO RIBEIRO BAU**  
Cargo: *Diretor*

*(Página 9/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)*

**CGR CURITIBA LTDA.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **Roberto Rittes**  
Cargo: *Diretor*

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **FERNANDO RIBEIRO BAU**  
Cargo: *Diretor*

*(Página 10/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)*

**CTR ITABORAÍ – CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ITABORAÍ LTDA.**



Nome: **Roberto Rittes**

Cargo: *Diretor*

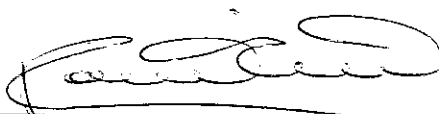


Nome: **FERNANDO RIBEIRO BAU**

Cargo: *Diretor*

*(Página 11/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)*

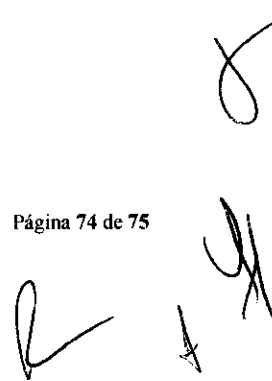
**VIVA AMBIENTAL E SERVIÇOS S.A.**



Nome: **Roberto Rittes**  
Cargo: *Diretor*



Nome: **FERNANDO RIBEIRO BAI**  
Cargo: *Diretor*

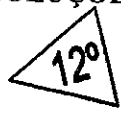


(Página 12/12 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

**GEO VISION SOLUÇÕES AMBIENTAIS E ENERGIA S.A.**

29 NOV. 2012

*Luiz Carlos Pacola*



Nome: **Luiz Carlos Pacola**  
Cargo: **Diretor**

*Alessandro de Souza Campos*



Nome: **Alessandro de Souza Campos**  
Cargo: **Diretor**

**12º TABELIÃO de NOTAS**  
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100  
BEL. HOMERO SANTI - TABELIÃO - Tel: (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança as firmas: **LUIZ CARLOS PACOLA S. OBRINHO, ALESSANDRO DE SOUZA CAMPOS**, as quais conferem com os padrões depositados em Cartório.

São Paulo, 29 de Novembro de 2012

Em testemunho da verdade  
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado  
1211290732555 - Firma: R\$ 6,00 - Total: R\$ 12,00

**Colegio Notarial do Brasil**  
Estado de São Paulo

**CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS**  
Jefere - O  
Escrevente Autorizado

**2º**

Emol. R\$ 7.453,13  
Estado R\$ 2.118,26  
Ipesp R\$ 1.569,08  
R. Civil R\$ 392,27  
T. Justiça R\$ 392,27

Total R\$ 11.925,01

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77  
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP  
R\$ 7.453,13 Protocolado e prenotado sob o n. **3.509.713** em  
R\$ 2.118,26 **30/11/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 1.569,08 sob o n. **3.509.711**, em títulos e documentos.  
São Paulo, 30 de novembro de 2012

*Gentil Domingues dos Santos*

Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
Douglas Soares Saugo - Escrevente Autorizado

*Handwritten signature*